

**Instrumento Particular de Escritura da 2ª
Emissão Pública de Debêntures Não
Conversíveis em Ações, em Série Única, da
Espécie Subordinada, de Bradesplan
Participações S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

Bradesplan Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob nº 61.782.769/0001-01, neste ato devidamente representada, na forma de seu Estatuto Social, doravante designada **Emissora**; e

Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.333, salas 307/308/309, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, doravante designada **Agente Fiduciário**, representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão dos adquirentes das Debêntures objeto da 2ª emissão de Debêntures da **Emissora** ("2ª Emissão" e "Debêntures"),

vêm celebrar o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, de Bradesplan Participações S.A." ("Escritura"), nos termos e cláusulas que seguem:

**Cláusula I
Da Autorização**

A 2ª Emissão foi autorizada por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da **Emissora** realizada em 25 de outubro de 2000 ("AGE").

A AGE delegou ao Conselho de Administração da **Emissora** poderes para deliberar sobre o cancelamento de Debêntures não colocadas.

**Cláusula II
Dos Requisitos**

A 2ª Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

II.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A 2ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma das Leis nº 6385, de 7 de dezembro de 1976, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A Ata da AGE que deliberou sobre a emissão de Debêntures foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e será publicada nos jornais utilizados pela

Emissora para divulgar suas informações, nos termos da Lei nº 6.404/76.

II.3. Registro da Escritura no Cartório

A Escritura será registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei nº 6.404/76.

Cláusula III
Das Características e Condições da 2ª Emissão

III.1. Número da Emissão e Número de Séries

A 2ª Emissão será realizada em série única.

III.2. Montante da 2ª Emissão

O montante total da 2ª Emissão corresponde a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na data de emissão de que trata o item III.4. abaixo ("Data de Emissão").

III.3. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário da Debênture na Data de Emissão será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

III.4. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 30 de novembro de 2000.

III.5. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 30 de novembro de 2007, ocasião em que a **Emissora** obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal acrescido dos Juros, devidos nos termos desta Escritura.

III.6. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 7.000 (sete mil) Debêntures.

III.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da companhia.

III.8. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

III.9. Forma

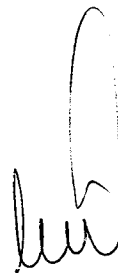
As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa escritural.

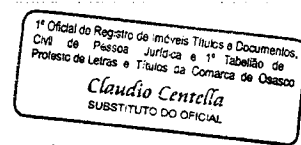
III.10. Comprovante de Titularidade e Agente Escriurador

Tendo em vista a forma escritural das Debêntures, o extrato fornecido pelo Agente Escriurador das Debêntures, que será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob nº 60.746.948/0001-12 ("Bradesco"), servirá como



2





comprovante de titularidade de Debêntures, na forma disposta nos artigos 27 e 35 da Lei 6.404/76.

III. 11. Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

III. 12. Banco Mandatário

O Banco Mandatário da 2ª Emissão será o Bradesco.

III.13. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o valor nominal, acrescido dos Juros, calculados desde a Data de Emissão até a data da integralização, que será feita no ato da subscrição, à vista, em moeda corrente nacional.

III.14. Juros

As Debêntures renderão Juros correspondentes à taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI" (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante simplesmente "Taxa DI".

III.14.1. Forma de Apuração

Os Juros serão calculados exponencial e cumulativamente *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal das Debêntures desde a Data de Emissão até a data do vencimento.

III.14.2. Periodicidade de Pagamento

Os Juros serão pagos em uma única parcela, juntamente com o valor nominal na data de vencimento da 2ª emissão, ou seja, 30 de novembro de 2007, ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com item IV.2. "Prorrogação dos Prazos"

III.14.3. Fórmula de Cálculo

$$R = VN \times \left[(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1 \right]$$

em que,

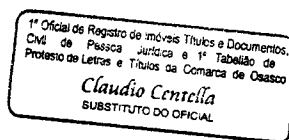
R = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento;

VN = valor nominal das Debêntures;

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado dos juros, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[(1 + \text{Taxa DI}_j) \right]^{\frac{1}{252}}$$



em que,

fj = fator diário dos juros referente ao dia "j", sendo "j" somente dias úteis;

Taxa DI_j = Taxa DI, referente ao dia "j", expressa em percentual ao ano, na forma unitária.

III.14.4. Da Taxa DI

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como referencial de remuneração das Debêntures, conforme definido nesta Escritura, será utilizada a taxa que vier a substituí-la. Na ausência de um substituto legal, o **Agente Fiduciário** deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do parâmetro de remuneração a ser proposto pela **Emissora**.

III.15. Repactuação

Não há.

III.16. Do Resgate e/ou da Aquisição das Debêntures Pela Emissora

III.16.1. Resgate Antecipado Facultativo

A **Emissora** reserva-se o direito de, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, resgatar antecipadamente as Debêntures em circulação, por preço equivalente ao valor nominal acrescido dos Juros devidos e não pagos, calculados *pro rata temporis* até a data da realização do resgate.

O resgate das Debêntures poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio coordenado pelo **Agente Fiduciário**.

O resgate deverá ser precedido de publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 30 dias da data do resgate, nos termos do item V.1. "Publicidade" desta Escritura.

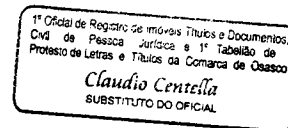
As Debêntures que vierem a ser resgatadas, nos termos deste item, serão obrigatoriamente canceladas pelo Conselho de Administração da **Emissora**, que tem poderes concedidos pela Assembléia Geral de Acionistas para deliberá-lo.

III.16.2. Aquisição Facultativa

A **Emissora** poderá adquirir as Debêntures em circulação, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, por preço equivalente ao valor nominal, acrescido dos Juros calculados *pro rata temporis* até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

As Debêntures que vierem a ser adquiridas antecipadamente pela **Emissora** nos termos deste item poderão permanecer em sua tesouraria ou serem recolocadas para negociação no mercado secundário.

4



III.17. Vencimento Antecipado

O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura, e exigir da **Emissora** o imediato pagamento do valor nominal das Debêntures, acrescido dos Juros aplicáveis até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a **Emissora**, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **Emissora** previstas na Escritura;
- b) falta de cumprimento pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 dias, contados do aviso escrito enviado pelo **Agente Fiduciário**;
- c) pedido de concordata formulado pela **Emissora**;
- d) decretação ou pedidos reiterados de falência da **Emissora**;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **Emissora** previstas na Escritura.

Cláusula IV

Do Local de Pagamentos e Encargos Moratórios

IV.1. Local De Pagamento

Os pagamentos de eventos pecuniários relativos às Debêntures serão efetuados por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, ou por instituição financeira contratada pela **Emissora** para esse fim, ou ainda na sede da **Emissora**, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema.

IV.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes às Debêntures até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento se der em sábados, domingos e/ou feriados nacionais, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

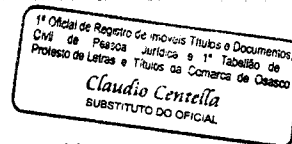
IV.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impropriedade da **Emissora** no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da incidência dos Juros, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

IV.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures devidas pela **Emissora**, nas datas previstas nesta Escritura

5



ou em comunicado publicado pela **Emissora**, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

Cláusula V **Das Comunicações**

V.1. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da 2ª Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal Diário do Comércio, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos nesta Escritura, devendo a **Emissora** avisar, tempestivamente, o **Agente Fiduciário** da realização de qualquer publicação.

V.2. Endereçamento

As correspondências efetuadas por qualquer das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Bradesplan Participações S.A

Nome: João Moisés de Oliveira

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3064 – 6º andar – São Paulo - SP

Telefone: 3049-3900

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Nome: Mauricio da Costa Ribeiro

Endereço: Av. da Américas, 3333, salas 307/308/309 – Barra da Tijuca - RJ

Telefone, Fax, e-mail: (0xx21)325-5059, (0xx21)3255969,

mribeiro@pentagonotrustee.com.br

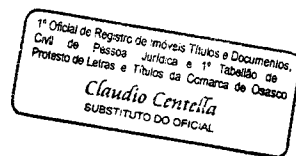
As comunicações feitas à **Emissora** e ao **Agente Fiduciário** serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

No caso de mudança de quaisquer dos endereços acima, a **Emissora** deverá comunicar a mudança aos debenturistas através da publicação de aviso nos termos do item V.1. “Publicidade” desta Escritura.

Cláusula VI **Das Obrigações Adicionais da Emissora**

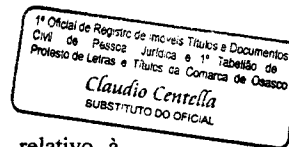
A **Emissora** obriga-se, adicionalmente, a:

6



- a) Fornecer ao **Agente Fiduciário**:
- a.1) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - a.2) cópia das informações periódicas e eventuais informações exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, dentro dos prazos ali previstos;
 - a.3) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral;
 - a.4) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item V.1. "Publicidade" desta Escritura;
 - a.5) imediatamente, qualquer informação relevante sobre a 2ª Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva data de vencimento;
- b) proceder a adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d) convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a 2ª Emissão, caso o **Agente Fiduciário** não o faça;
- e) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- f) não realizar operações não vinculadas ao seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- g) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da **Emissora**;
- h) não pagar dividendos, salvo o estipulado no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora quanto ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e

7



- i) informar imediatamente ao **Agente Fiduciário** qualquer evento relativo à cláusula III.17. "Vencimento Antecipado".

Cláusula VII

Do Agente Fiduciário

VII.1. Nomeação do Agente Fiduciário

A **Emissora** nomeia e constitui como **Agente Fiduciário** da 2ª Emissão para representar a comunhão dos titulares das Debêntures perante a **Emissora**, Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, devidamente qualificado no preâmbulo desta Escritura.

VII.2. Declaração do Agente Fiduciário

O **Agente Fiduciário**, nomeado na presente Escritura, expressamente aceita a sua nomeação e declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº. 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições.

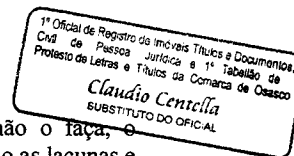
A **Emissora** também declara não ter qualquer ligação com o **Agente Fiduciário** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

VII.3. Deveres do Agente Fiduciário

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**:

- a) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) Renunciar à função na hipótese de ocorrência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

8



e) Promover, nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro da Escritura e eventuais aditamentos, se for o caso, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **Emissora** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da **Emissora**;

i) Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;

j) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, de acordo com o item V.1. "Publicidade";

k) Comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela **Emissora**;

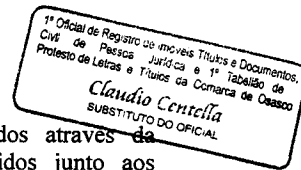
l.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da **Emissora** enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da **Emissora**;

l.4) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) Resgate, amortização e pagamento de Juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela **Emissora**;

9



l.6) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;

l.7) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;

l.8) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** nesta Escritura;

l.9) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**.

m) Colocar o relatório de que trata o alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da **Emissora**;

m.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

m.3.) na CVM;

m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

m.5) na instituição que liderou a colocação das Debêntures.

n) Publicar, de acordo com a item V.1. "Publicidade", anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório referido na alínea "l" se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;

o) Manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **Emissora**;

p) Coordenar o sorteio das Debêntures no caso das mesmas serem resgatadas parcialmente;

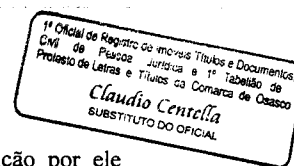
q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

r) Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela **Emissora**, de obrigações assumidas na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1.) à CVM;

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

10



r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

VII.4. Atribuições Específicas do Agente Fiduciário

O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **Emissora** para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **Emissora**:

- a) Declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Requerer a falência da **Emissora**;
- c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas, e
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **Emissora**.

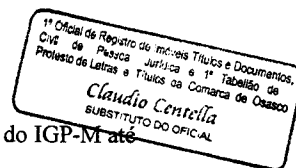
O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do *caput* deste item se, no caso de convocação de Assembleia Geral dos Debenturistas e esta assim o autorizar, por deliberação unânime dos titulares da totalidade das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do *caput* deste item.

VII.5. Remuneração

Será devida ao **Agente Fiduciário**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o primeiro pagamento devido em 30/11/2001, e os seguintes na mesma data e mês dos anos posteriores, sendo o último pagamento devido em 30/11/2007, sem prejuízo ao estipulado na alínea "b" a seguir;
- b) As parcelas citadas no Item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data da emissão das Debêntures até as datas de pagamento, calculadas "pro-rata die", se necessário. Tal remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o **Agente Fiduciário** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **Emissora**;
- c) Na hipótese do IGP-M, em qualquer mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, expressando uma deflação medida por esse índice de preços, considerar-se-á, como variação para o referido mês, a taxa de 0% (zero por

11



cento) que, por definição, não virá a alterar a variação acumulada do IGP-M até o período imediatamente anterior ao cálculo a que se refere;

d) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a Juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

e) O **Agente Fiduciário** não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da **Emissora** ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela **Emissora** ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões;

f) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **Emissora**, conforme descrito no item 7 desta Cláusula VII. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;

VII.6. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar Assembleia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a **Emissora** efetuar-lá.

Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

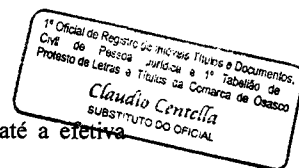
É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

A substituição do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de Aditamento à Escritura, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a Escritura.

O **Agente Fiduciário** passará a exercer as suas funções nos termos da Escritura a partir da data de assinatura da mesma ou de eventual Aditamento relativo à

12



substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos a respeito, baixados por regulamentação da CVM.

VII.7. Despesas

A **Emissora** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 3 (três) dias úteis após a entrega à **Emissora** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem a ser exigidas nos termos da legislação e regulamentação;
- b) extração de certidões;
- c) transportes entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

No caso de inadimplemento da **Emissora**, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **Emissora**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário** ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do **Agente Fiduciário** na hipótese da **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **Agente Fiduciário** solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

Cláusula VIII

Da Assembléia Geral dos Debenturistas

VIII.1. Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada a qualquer tempo, mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, sendo que a primeira convocação deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembléia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, pelo **Agente Fiduciário**, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Independente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os debenturistas.

VIII.2. Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

VIII.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

VIII.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção daquelas que envolvam modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação.

VIII.5. Presença na Assembléia

O **Agente Fiduciário** deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, sendo que será facultada a presença de representantes legais da **Emissora**.

Cláusula IX Das Declarações e Garantias

A **Emissora** declara e garante que:

- a) é uma sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, estando na livre administração de seus bens.
- b) a celebração e a execução da Escritura não viola nenhuma disposição de seu Estatuto Social e nem tampouco as leis e regulamentos a que se submete; e
- c) a presente Escritura é um documento válido, lícito e exeqüível nos termos



14



das leis vigentes na República Federativa do Brasil.



Cláusula X Da Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula XI Do Foro

Fica eleito o foro da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Osasco, 03 de novembro de 2000.

Emissora:

Nelson Higino de Silva

João Micles de Oliveira

Bradesplan Participações S.A.

Agente Fiduciário:

Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
MAURICIO DA COSTA RIBEIRO
DIRETOR

Marco Aurélio Machado Ferreira
PROCURADOR

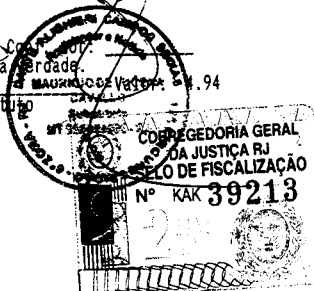
Testemunhas:

1. Camille Otávio
Nome: CAMILLE OTÁVIO
CPF: 217363148-90

2. Viviana A. Fabre
Nome: VIVIANA A. FABRE
CPF: 165184838-65

Esta é a última folha do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, da 2ª Emissão, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Bradesplan Participações S.A.

12ª C.R.C.P.M. - Tabelionato. Av. das Américas, 3939 - Bloco 1
 Lj N. Barra. Resp. Exped: Helena Ribeiro de Andrade. Reconheço por
 semelhança as firmas de MAURICIO DA COSTA RIBEIRO e MARCO AURELIO
 MACHADO FERREIRA
 No: 26283
 Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 2000. Co. da Verdade.
 Em testemunho _____
 Mauricio de Lucena Cavallo - Substituto



*** ***** ***
 * 3. TABELIAO DE NOTAS *
 * JOSE JACQUES DA SILVA GODOY *
 * TABELIAO *
 * Av. Sao Luis, 127 - Centro - Joazeiro - CE *
 * FONE: (011) 259-1111 - 222-1111 *
 * RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura de: *
 * CARLOS CRISTIAN GARCIA *
 * OTAVIAN APARECIDA FARIAS *
 * SAO PAULO, 14 DE NOVOBRRO DE 2000 *
 * EM TESTEMUNHO *
 * PAULO DE TASSO FREITAS *
 * ESCRIVENTE *
 * RECONHECO POR SEMELHANÇA a assinatura de: *
 * SELMA FREITAS VERDE *
 * VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE *
 * CARIMBO Nº 222730 *
 * SELMA FREITAS VERDE *
 * ***** ***



4o. TABELIAO DE NOTAS
 TABELIAO: Bel. JOSE LUIZ BIAGIATO
 Av. dos Autonomistas, 2.548 - Fone: 7081-7728
 Reconheço por SEMELHANÇA a firma retro de:
 NELSON HIGINO DA SILVA.....
 JOAO MOISES DE OLIVEIRA.....
 OSASCO - SP, 16 de novembro de 2000
 Em Testemunho _____ da Verdade
 KATIA DE GODOY ROSA BERNINI
 ESCRIVENTE AUTORIZADA
 Cada Firma: por Semelhança
 00000000 / 14123
 VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

